



João Vieira Pereira

SE NADA RESULTAR, PELO MENOS DÁ PARA RIR

Quando recordo o carrossel de asneiras que marcaram as últimas semanas, não consigo evitar a piada fácil: era isto que António Costa queria dizer quando afirmou “vão ser quatro anos. Habituem-se!”?

Cada um dos casos que levou a demissões, forçadas ou a pedido, de 12 membros do Governo mostra aquilo que muitos temeram após o resultado eleitoral do ano passado: as maiorias absolutas tendem a ser mais um foco de problemas do que de soluções.

Por um lado procuramos a estabilidade de política como condição preferencial para se conseguir resolver problemas. Tal foi pedido com insistência, interna e externamente, como espécie de selo de garantia para que, por exemplo, a avaliação da sustentabilidade das Finanças Públicas tivesse nota positiva. As agências de *rating* (aqueles organismos que adoram errar na aferição do risco das dívidas soberanas e a que, no entanto, todos insistem em continuar a atribuir imensa credibilidade), quando visitam as redações de jornais para sentir o pulso a um país, só têm uma preocupação: perceber se vai existir ou não estabilidade política.

Instabilidade rima com inação, que, normalmente, torna a incapacidade de tomar decisões bastante crónica. Este é um dos fatores que prejudica a capacidade de crescer. Se fosse possível criar um modelo que comparasse a falta de tomada de decisões, públicas e privadas, com o crescimento da economia, provavelmente a correlação entre os dois seria enorme.

Os governos estáveis deveriam então ser mais amigos do crescimento. Exceção, claro, quando estamos em Portugal, onde parece que as maiorias absolutas estão condenadas a ser desperdiçadas.

É incrível o paralelismo destas com empresas que são monopolistas ou que detêm uma posição de liderança incontestável no mercado. Acabam sempre por descuar o que se passa à sua volta, optando por práticas conservadoras ou pela inação como regra, tudo baseado na noção de que essa posição é eterna.

Este Governo de António Costa é aquele que à partida tinha melhores condições para um bom desempenho. Não se compreende, por isso, a arrogância de alguém se atrever a deitar tudo a perder por erros sistemáticos que deixam transparecer que no seio do Governo passou a reinar o laxismo.

Fazer aquilo que prometeu na tomada de posse — “A maioria absoluta que nos foi concedida não significa poder absoluto. Pelo contrário, a maioria absoluta corresponde a uma responsabilidade absoluta para quem governa” — tem sido no primeiro ano deste Executivo a tarefa mais difícil de concretizar.

Cada dia que passa, Costa reforça o seu poder, afasta as vozes independentes ou críticas e substitui-as por quem

lhe dê garantias de absoluta lealdade. Gradualmente, transforma o Governo numa espécie de delegação da sua função dentro do Partido Socialista.

Esta opção não precisa de estar errada, desde que os elementos do Governo sejam competentes e que lhes seja dada capacidade de fazer algo. O pior que pode acontecer é um Executivo que parece mover-se mas que na realidade não sai do mesmo lugar, porque a liberdade dada a um ministro ou a um secretário de Estado não é maior do que a atribuída a um diretor-geral.

Se já era difícil convencer alguém a integrar um Governo por ter de abdicar de ter vida, escolher ganhar pouco e ver o seu passado nas capas dos jornais, a tarefa tornou-se agora quase impossível. Não só pelos sucessivos escândalos mas porque se tornou claro que o Governo está a transformar-se num organismo que replica apenas e só a vontade do primeiro-ministro.

Costa prometeu “um Governo que resolva problemas e crie oportunidades”. Ninguém que consiga fazer uma análise minimamente independente pode afirmar de forma honesta que os dois objetivos foram conseguidos

Segundo o próprio António Costa, os portugueses esperam “que o Governo seja capaz de responder no dia a dia às dificuldades com que se deparam, sem descuar a construção de um futuro melhor a médio e longo prazo. Um Governo que resolva problemas e crie oportunidades”.

Ninguém que consiga fazer uma análise minimamente independente pode afirmar de forma honesta que os dois objetivos foram conseguidos. Os problemas continuam por resolver e as oportunidades continuam ao alcance de apenas alguns. Principalmente para quem for um nômade digital ou um estrangeiro à procura de um sítio seguro, barato, com serviços de saúde bastante acessíveis e onde possa pagar poucos impostos.

Não sei se repararam que, na habitual mensagem de Natal, António Costa deixou cair o tradicional “portuguesas e portugueses” para optar por dedicar as suas palavras a “todos os que vivem e trabalham em Portugal”. Um sinal dos tempos? Certamente, mas tal não quer dizer que estes tempos sejam necessariamente melhores.

Começamos, pois, o ano da pior forma. Os irritantes otimistas diriam, olhando até para as cambalhotas que António Costa deu nos últimos dias na avaliação dos recentes casos políticos, que daqui em diante só pode melhorar. Esperemos, então. Até porque ainda faltam quatro anos. Que se forem iguais ao primeiro pelo menos serão muito divertidos.

jpereira@expresso.imprensa.pt

Duelo Afirmação do governador do Banco de Portugal foi feita na Conferência do Expresso, no podcast “Money, Money, Money”

Pedro Brinca



Professor da Nova SBE

João Borges de Assunção



Professor da Católica-Lisbon

INFLAÇÃO VAI DESCER PARA PRÓXIMO DE 3% EM 2023, COMO DISSE MÁRIO CENTENO?

SIM Assumindo que Centeno se refere a 3% como a taxa de variação homóloga de dezembro de 2023 e assumindo que é consistente com a previsão da instituição que tutela de 5,8% ao ano, estamos a falar de um abrandamento de 0,55 pontos percentuais (p.p.) por mês. Entre novembro e dezembro a inflação abrandou apenas 0,3 p.p., pelo que pode parecer um pouco otimista. Mas penso que existem razões para estarmos otimistas. A subida de preços de 2022 resultou de uma tempestade perfeita que dificilmente se repetirá em 2023. As poupanças acumuladas durante o confinamento e o aumento massivo do endividamento público e da moeda em circulação alimentaram a capacidade de famílias, empresas e Estados de comprar bens e serviços, que chocou de frente com um tecido produtivo ainda a recuperar das disrupções que a

NÃO Esta previsão é ousada e ambígua. Os bancos centrais têm dificuldade em prever preços da energia, que resultam de acontecimentos geopolíticos, guerras ou instabilidade.

A economia da zona euro está numa fase de desinflação. A dívida está em saber o nível da inflação quando os efeitos transitórios se dissiparem. Se o Banco Central Europeu (BCE) se mostrar complacente, uma previsão prudente para a inflação homóloga a médio prazo é a inflação subjacente (exclui preços da energia e dos bens alimentares não-processados), e que em dezembro foi de 6,9% na zona euro.

Os otimistas acreditam que é possível os preços da energia descerem este ano. Otimismo suportado pela descida do nível de preços na Alemanha em dezembro, devido à forte descida da energia. A variação em cadeia do indicador harmonizado de preços na Alemanha foi negativa em 2,1%, a maior descida desde 1996. E na zona euro, em dezembro, os preços da energia desceram 6,5% em cadeia.

Os pessimistas alertam para a subida dos preços nos serviços, cuja variação tende a ser persistente e difícil de domar.

Se fosse fácil saber o preço futuro do petróleo, qualquer um poderia ficar milionário. O BCE não tem condições de saber o preço dos bens energéticos no final do ano. Mas tem a obrigação de tomar decisões de política monetária com independência dos Governos nacionais e em

Parece-me difícil que a partir de abril ou maio as taxas não reflitam já uma descida dramática

O BCE tem a obrigação de tomar decisões com independência dos Governos nacionais e em função dos dados

função dos dados.

As decisões do BCE devem depender dos dados da inflação, e não das previsões. Se a inflação subjacente descer rapidamente na zona euro, o BCE não precisará de subir tanto as taxas de juro. Mas se a descida for insuficiente, as decisões devem ser consistentes com a informação que for sendo divulgada.

O balanço do BCE está muito elevado, mas desceu de forma abrupta e inesperada devido aos TLTRO (instrumentos de crédito concedidos aos bancos da zona euro). O BCE deve comunicar de forma clara e precisa as suas perspetivas para a redução do balanço, o que também ajudará a trazer a inflação para os níveis consistentes com o seu mandato.

Em Portugal, a inflação média anual foi de 7,8% em 2022, com uma homóloga de 9,6% em dezembro. A partir de março o efeito base desfavorável fica mitigado e a inflação homóloga poderá descer de forma impressionante. Mas, devido à inflação subjacente, essa descida também poderá ser transitória.

A frase “valores muito próximos de 3% no final do ano” é ambígua, já que diversos indicadores de inflação têm valores muito diferentes, e comparando com a inflação de 10,1% em outubro, por exemplo, 5% pode ser considerado “muito próximo de 3%”. A frase sugere ainda que o Banco de Portugal acredita que o problema da inflação se resolverá por si só, sem necessidade de medidas adicionais de política monetária. A inflação portuguesa, em 2023, deverá ficar entre 4,5% e 7,5%, e, para além de outros fatores, depende da evolução dos preços da energia e do compromisso do BCE com o seu mandato.

A Semana

Por MARTIM SILVA
mgsilva@expresso.imprensa.pt

BRASIL

A réplica do 6 de janeiro do Capitólio norte-americano aconteceu esta semana em Brasília, com milhares de apoiantes de Bolsonaro a invadirem as sedes do poder legislativo, executivo e judicial na capital brasileira. Os protestos foram controlados e Lula prometeu uma pesada.

PROFESSORES

Apesar da tentativa do ministro da Educação, João Costa, de pôr água na fervura e fazer baixar a temperatura, parece evidente que o descontentamento dos professores está a alastrar, e sinal

disso mesmo são as greves e protestos que não há forma de abrandarem, primeiro a reboque do STOP e depois com os restantes sindicatos a serem arrastados pela maré.

RITA MARQUES

O caso é tão gritante que até o PS apareceu rapidamente a demarcar-se do sucedido: a ex-secretária de Estado do Turismo foi trabalhar para um grupo privado hoteleiro. Grupo ao qual concedeu subsídios e apoios quando estava no Governo. A falta de vergonha não tem limites.

GOVERNO

Esta semana ainda não se demitiu ninguém do Governo. É uma boa semana, a avaliar pelo que sucedeu nas anteriores.

PORTO

No último fim de semana, em menos de duas horas, o concelho do Porto registou 150 pedidos de ajuda por causa das inundações em habitações e vias públicas. Na baixa da cidade foram registadas 56 ocorrências. A Câmara já prometeu medidas para evitar que o problema se repita.

TROTINETAS

A forma desregulada como as trotinetas têm funcionado nas grandes cidades pode ter os dias contados. Em Lisboa, esta semana foi dado o primeiro passo (ver pág. 22).

TESTAMENTO VITAL

Os registos de testamento vital duplicaram no último ano, com mais de 13 mil portugueses a

fazerem-no. Este é o documento em que os cidadãos manifestam a sua vontade sobre os cuidados de saúde que desejam ou não receber quando estiverem incapazes.

CLIMA

O ano passado, 2022, foi o segundo ano mais quente alguma vez registado na Europa, e a nível global, foi o quinto ano mais quente de sempre. Doze países europeus, incluindo Portugal, quebraram records de temperatura.

HARRY

“Na Sombra”, as memórias do príncipe Harry que acabaram de ser lançadas em 16 línguas, revela a história do membro real “sobresseleante” que fumou erva e cocaína, perdeu a virgindade

aos 17 anos e que diz ter sido agredido pelo irmão.

CARLA ALVES

A secretária de Estado mais efémera de sempre não aqueceu o lugar, depois de conhecidos os problemas com a Justiça. A ministra aguentou-se, meio tremida, mas o Parlamento já aprovou a audição de Maria do Céu Antunes, que tutela a Agricultura, para ir dar explicações.

ESPINHO

O caso de corrupção rebentou esta semana, com a Operação Vórtex, em que estão envolvidos o atual autarca, do PS (que já renunciou ao mandato), e o seu antecessor, do PSD, que até é vice-presidente da bancada laranja. Em causa favorecimentos a um empreiteiro local.

